

Sindsep participa do Encontro Nacional dos Servidores do Incra em Brasília

O Sindsep/MA marcou presença no Encontro Nacional dos Servidores do Incra, realizado nesta quarta-feira, dia 30, em Brasília (DF).

O evento reuniu representantes da categoria de todo o país para discutir temas centrais relacionados à carreira de Reforma e Desenvolvimento Agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Representaram o Sindsep o diretor da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais, João Fernandes Costa dos Santos, que participou de forma online, e Webert Cantanhede, de forma presencial.

A pauta do encontro incluiu o debate e a aprovação de propostas, documentos e posicionamentos que servirão de base para toda a carreira.



O Sindsep teve participação ativa nas discussões, contribuindo de forma significativa para o aprofundamento dos temas e a construção de propostas voltadas à valorização dos servidores do Incra, como a reestrutura-

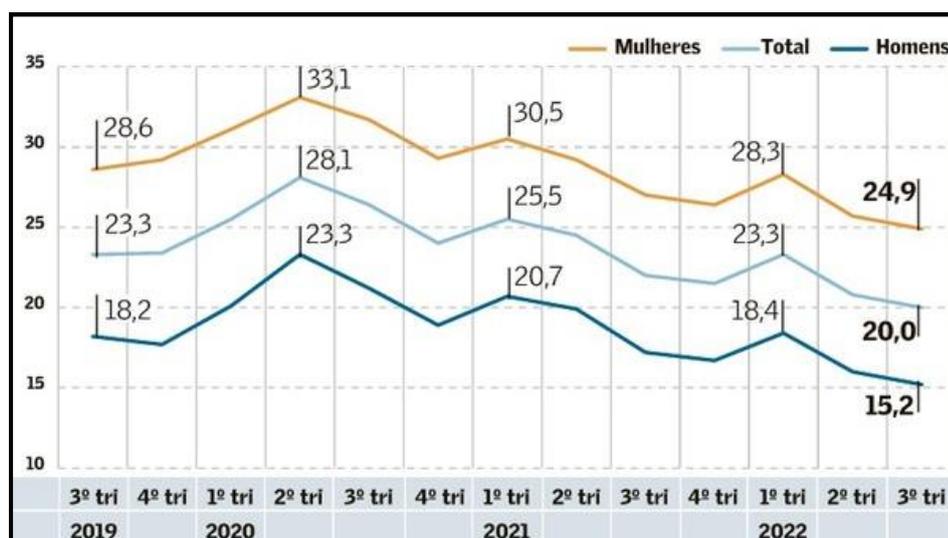
ção da carreira.

A atuação do sindicato reafirma o compromisso com a defesa dos direitos dos servidores e com o fortalecimento das instituições públicas voltadas à reforma agrária e ao desenvolvimento rural.

Desemprego entre jovens cai pela metade entre 2019 e 2024

Nos últimos três meses do ano passado, a taxa de desemprego dos jovens entre 14 e 24 anos de idade caiu pela metade na comparação com o mesmo período de 2019. Levantamento inédito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi divulgado nesta terça-feira (29), em São Paulo, durante o evento Empregabilidade Jovem Brasil, promovido pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Segundo a pesquisa, a taxa de desemprego entre jovens passou de 25,2% no quarto trimestre de 2019, quando teve início a série histórica, para 14,3% no ano passado. Isso significa que o número de jovens sem emprego passou de 4,8 milhões de pessoas em 2019 para



2,4 milhões no ano passado.

Também houve queda no número de jovens entre 18 e 24 anos que não estudam nem trabalham, que agora somam 5,3 milhões de brasileiros, menor pata-

mar da série histórica.

O quantitativo de estagiários continua crescendo e passou de 642 mil em 2023 para 990 mil no primeiro bimestre deste ano.

Fonte: CUT

Reforma administrativa não é modernização do serviço público. Uma resposta ao 'O Globo'

O jornal O Globo publicou, nesta segunda, 28, uma curiosa matéria sobre a situação do serviço público no país. Intitulada Um quarto dos servidores federais vai se aposentar em uma década, prevê governo a matéria busca discutir a projeção, segundo a qual, dentro de menos de uma década o serviço público federal terá uma redução de um quarto de seu pessoal, que hoje conta com 570,590 mil servidores ativos, em razão da aposentadoria desse montante de trabalhadores.

A matéria em questão tem como objetivo endossar o argumento do governo federal a respeito da suposta necessidade de uma reforma administrativa, tal como proposto na PEC 32. Para ambos, será necessário fazer primeiro uma reforma administrativa na gestão pública, para somente depois considerar a possibilidade de novos concursos que possam suprir as vagas que estarão em aberto, conforme a projeção citada.

Para tanto, o Globo recorre a um vocabulário já bem gasto, ao afirmar que uma reforma administrativa teria como objetivo a “modernização da gestão, ao aumento da eficiência e, conseqüentemente, à redução de gastos.” Um grande engodo.

Na verdade, o jornal Globo, como um dos grandes porta vozes dos interesses da iniciativa privada em nosso país, recorre a belas palavras para esconder o que realmente



está em questão em nosso país, quando se trata de serviço público: O Brasil precisa de mais investimento público e de mais serviços públicos para atender sua população com qualidade e eficiência.

Não por acaso, a matéria recorre à opinião de especialistas e figuras ligadas ao MGI, mas não se propõe a escutar uma só liderança sindical do funcionalismo público. A eles, não interessa saber o que nossos sindicatos têm a dizer sobre as condições atuais de trabalho e nem sobre a reforma administrativa.

Em nosso país, a proporção de servidores públicos em relação à força de trabalho total é de cerca de 12%. Uma média muito abaixo da média dos países da OCDE, que gira em torno de 23,48%. Países como a Dinamarca e Noruega oferecem bons serviços públicos porque há de fato investimento público. Enquanto 30,22% da força de trabalho do país é constituída de servidores federais, na Noruega

32,5% de força de trabalho é empregado no serviço público.

Contudo, para setores da grande imprensa, como é o caso de O Globo, a máquina administrativa do Brasil ainda é muito “inchada”, segundo costumam afirmar. Para eles é preciso reduzir gastos o máximo possível e cortar pessoal. Mas com que objetivo? A mesma matéria fala que outras áreas podem ser beneficiadas, como saúde e educação. É o famoso, “na volta a gente compra”.

A verdade é que, por trás desse discurso ilusório, o que o setor privado de fato defende é que o governo gere o máximo de superávit para o pagamento da dívida pública, um perverso mecanismo que há décadas drena nossas riquezas para os bancos privados, ao custo da precarização do serviço público brasileiro, para a qual a PEC 32 e outras medidas de austeridade neoliberal não são solução.

Fonte: Condsef